

Crédito rural como instrumento de financiamento para transição produtiva sustentável no Estado do Pará

Está é uma versão reduzida e simplificada do estudo sobre crédito rural para transição sustentável da pecuária no Pará, que está em elaboração na The Nature Conservancy.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O crédito rural é o principal instrumento de financiamento do setor de uso da terra no Brasil e no Pará e um instrumento crítico para a promoção da transição sustentável do setor. Apesar de sua relevância produtiva, o estado enfrenta barreiras significativas de acesso ao financiamento, especialmente para pequenos produtores da agricultura familiar e assentados.

Linhas de crédito voltadas à produção sustentável, como Pronaf Bioeconomia, Pronaf Floresta e RenovAgro/ABC+, têm avançado, mas ainda representam uma parcela reduzida do volume total desembolsado. Há gargalos estruturais, como baixa técnica, barreiras no acesso à assistência técnica e processos burocráticos. Há espaço para inovação por meio de mecanismos complementares que combinam estruturas híbridas de financiamento que viabilizam condições financeiras suficientemente atrativas, simplificação de processos que acelerem e facilitem a adesão de beneficiários e integração de assistência técnica que habilite a transição almejada.

O Pará tem o segundo maior rebanho bovino do país, com cerca de 26 milhões de cabeças, e a pecuária é a principal atividade associada à conversão de florestas no bioma amazônico dentro do estado. A recente instituição do Programa Pecuária Sustentável do Estado do Pará, por meio do Decreto nº 3.533/2023, somada à regulamentação e implementação do Código Florestal, cria um ambiente regulatório favorável a rastreabilidade, à regularização ambiental e à agregação de valor produtivo, abrindo novas oportunidades para ampliar o acesso a crédito rural e atrair capital privado.

Políticas públicas, aliadas a parcerias institucionais e iniciativas financeiras inovadoras, são essenciais para democratizar o crédito rural, avançar em abordagens que permitam uma transformação territorial e acelerar a transição para práticas agropecuárias sustentáveis no Pará. A combinação de uma visão sistêmica com uma abordagem integrada de paisagem permite que a transição produtiva vá além das cadeias de suprimentos do setor, amplificando o seu impacto e escala.



© João Ramid

CONTEXTUALIZAÇÃO

USO DO SOLO NO PARÁ

Entre 2002 e 2024, o Pará perdeu quase 9 milhões de hectares de floresta. Essa conversão ocorreu na mesma proporção do aumento das áreas destinadas à agropecuária: um acréscimo de 9,2 milhões de hectares. Cerca de 90% da área desmatada na Amazônia foi destinada a pastagens¹, e atualmente o Pará abriga o segundo maior rebanho do Brasil, com aproximadamente 26 milhões de cabeças².

14,6%
do território brasileiro

26
milhões de cabeças de gado

1. EXTENSÃO TERRITORIAL E RELEVÂNCIA

- O Pará cobre **14,6% DO TERRITÓRIO BRASILEIRO**, com área de **1,24 MILHÃO DE KM²**.
- É o **SEGUNDO MAIOR REBANHO BOVINO DO BRASIL**, com cerca de **26 MILHÕES DE CABEÇAS** em 2023.

2. EXPANSÃO DAS ÁREAS DE PASTAGEM

- Áreas de pastagem cresceram 1,5 vezes nos últimos 20 anos: de **12,9 MILHÕES DE HECTARES (2001) PARA 22,5 MILHÕES DE HECTARES (2023)**.
- Grande parte das pastagens apresenta algum nível de degradação do solo, especialmente no sudeste do estado, onde se concentram os frigoríficos.

12,9
milhões de hectares de pastagem (2001)

22,5
milhões de hectares de pastagem (2023)

Fonte: Bain & Company e The Nature Conservancy Brasil³

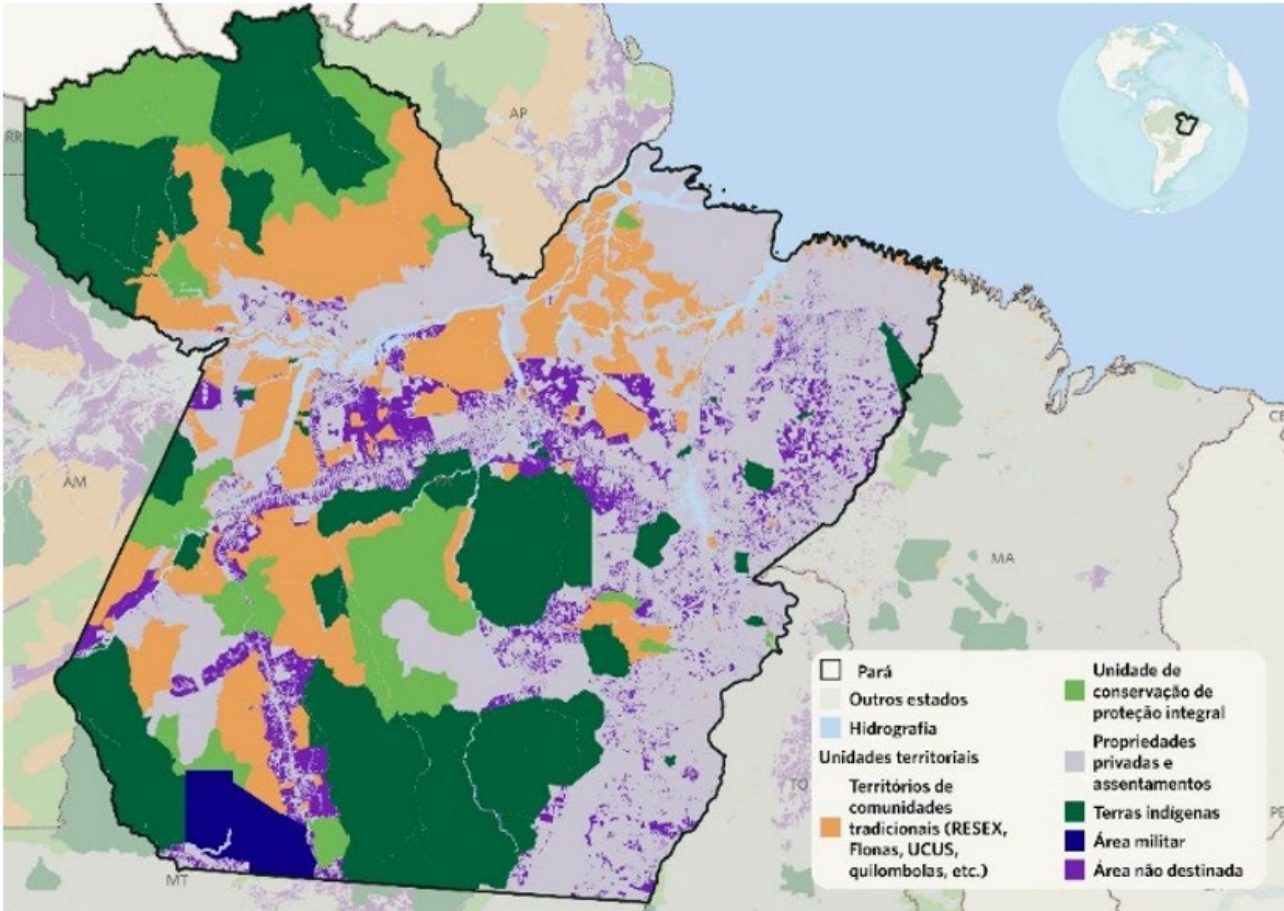
1. Fonte: Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

2. Fonte: Adepará - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

3. Bain & Company; The Nature Conservancy Brasil. Transparência e crescimento: Mecanismos para viabilizar a transformação produtiva na pecuária do Pará. São Paulo, 2024.

Estima-se que cerca de 73% do território paraense (90,7 milhões de hectares) possui destinação fundiária, desconsiderando-se sobreposições de Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Projetos de Assentamento, Florestas Públicas e imóveis privados. As categorias de uso das terras do estado são mostradas na Figura 1.

Figura 1: Categorias de uso das terras do estado do Pará



Fonte: TNC, MapBiomas - 2025.

O Estado do Pará já deu um passo importante ao instituir, por meio do Decreto nº 3.533/2023, o Programa Pecuária Sustentável e o Sistema Oficial de Rastreabilidade Bovidea Individual (SRBIPA). Estruturado em três eixos, rastreabilidade, integridade e agregação de valor, o programa cria as bases para uma pecuária mais transparente, produtiva e alinhada às exigências de mercados sustentáveis. A rastreabilidade obrigatória até 2026 não apenas fortalece a governança da cadeia, mas também **abre oportunidades concretas para ampliar o acesso a recursos financeiros, atrair investimentos e viabilizar mecanismos de financiamento para a transição para paisagens produtivas sustentáveis no estado.**

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A TRANSIÇÃO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL NO PARÁ

 **1**
unidade animal por hectare

1. BAIXA PRODUTIVIDADE E DEGRADAÇÃO DO SOLO

- A lotação média é de apenas **1 unidade animal por hectare**, muito abaixo do potencial de até 4 UA/ha com manejo sustentável.
- Grande parte das pastagens está degradada, especialmente no sudeste do estado, onde se concentram os frigoríficos.

 **100**
mil propriedades com irregularidades

2. ALTA CONCENTRAÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS

- Cerca de **50% do rebanho bovino está em imóveis com problemas ambientais**, principalmente desmatamento ilegal.
- Mais de **100 mil propriedades** com CAR⁴ apresentam irregularidade, sendo **88% de pequenos produtores e assentamentos**, totalizando quase **6 milhões de cabeças de gado**.

Ausência
de titulação limita o acesso a crédito

3. FALTA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- A ausência de titulação limita o acesso a crédito rural e investimentos produtivos.
- O processo de regularização é lento e oneroso, especialmente para agricultores familiares.

 **Barreiras**
de acesso ao crédito rural

4. BARREIRAS AO ACESSO A CRÉDITO E FINANCIAMENTO

- **Mais de 90% dos imóveis rurais com pecuária são de pequenos produtores** (até 4 módulos fiscais)⁵ ou assentamentos, somando mais de **260 mil imóveis**.
- Pequenos produtores enfrentam dificuldades para acessar crédito rural tradicional.
- A falta de garantias e documentação impede a capitalização necessária para investir em práticas sustentáveis.

Fonte: Bain & Company e The Nature Conservancy Brasil

4. O CAR (Cadastro Ambiental Rural) é o registro público eletrônico nacional obrigatório para todos os imóveis rurais, compondo a base de dados para controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico. Trata-se de um documento autodeclaratório que operacionaliza a execução do Código Florestal do Brasil e necessita ser analisado e validado pelos órgãos ambientais dos Estados.

5. Módulo fiscal é uma unidade de medida em hectares de imóveis rurais, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta o tipo de exploração no município, a renda obtida na exploração e o conceito de propriedade familiar. A dimensão de um módulo fiscal nos municípios do Pará varia de 5 hectares, como na capital, Belém, até 75 hectares.



FINANCIAMENTO AGROPECUÁRIO NO BRASIL

O crédito rural é a principal política do Brasil para o setor agropecuário, através do Plano Safra. No anúncio do Plano Safra de 2024/2025, R\$ 400,59 bilhões foram reservados para financiamento da agropecuária empresarial que inclui investimento e custeio para produtores rurais médios e grandes (definidos, respectivamente, como aqueles com propriedades entre 4 e 15 módulos fiscais e acima de 15 módulos fiscais)⁶. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 recebeu R\$ 76 bilhões em crédito rural, para as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁷.

A mobilização desses recursos depende de grande esforço público, seja por meio de aportes diretos do Tesouro Nacional, seja por mecanismos regulatórios e incentivos fiscais que direcionam recursos privados ao setor.

Além dos incentivos do Plano Safra, foram anunciados R\$ 108 bilhões em recursos privados captados por meio de LCAs (Letras de Crédito do Agronegócio) e CPRs (Cédulas de Produto Rural), instrumentos financeiros que têm como lastro operações de crédito e compromissos de entrega de produtos agropecuários. Esses recursos complementam os R\$ 400,5 bilhões em crédito tradicional, totalizando R\$ 508,6 bilhões destinados à agricultura empresarial no ciclo 2024/2025⁸.

Ao mesmo tempo, segundo o *Climate Policy Initiative* (CPI), o crédito rural é o principal instrumento para financiar atividades alinhadas a **objetivos climáticos**

para uso da terra no país. No entanto, o esse tipo de crédito rural correspondeu a apenas 15,5% do total das operações de crédito rural no país entre 2021 e 2023⁹.

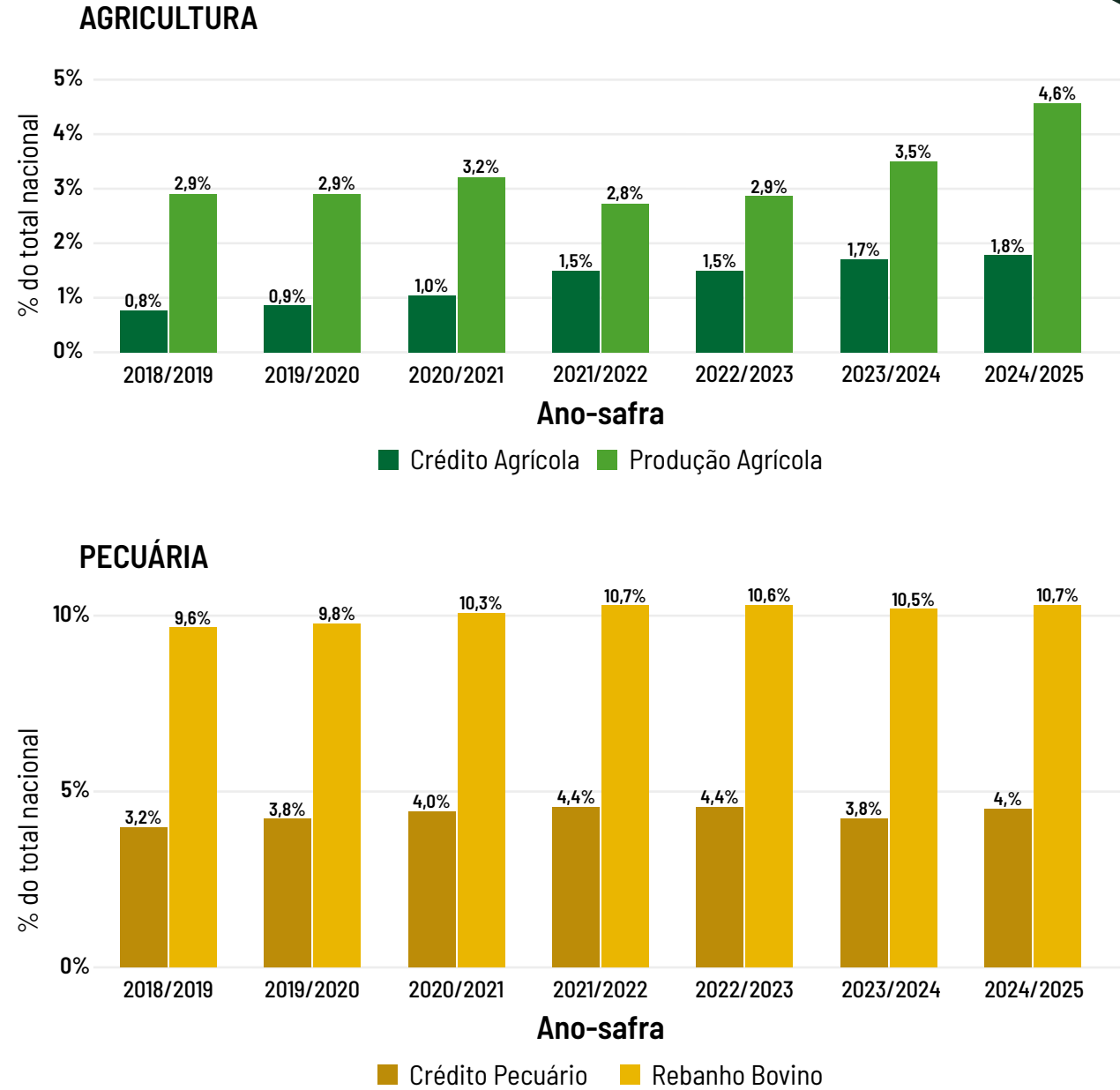
O CRÉDITO RURAL NO PARÁ

No Plano Safra 2024/2025, o Pará respondeu por R\$ 9,7 bilhões (aproximadamente 2,5% do total nacional) distribuídos em cerca de 34 mil operações. O ticket médio das operações no estado foi de R\$ 281 mil, quase o dobro do ticket médio nacional (R\$ 169 mil), indicando maior dificuldade para operações de menor valor, especialmente para pequenos produtores⁹.

Embora a agropecuária Paraense gere R\$39 bilhões ao ano em valor bruto de produção⁶ o estado concentre o segundo maior rebanho bovino do país, recebe apenas 1,8% dos financiamentos destinados à agricultura e 4% dos voltados à pecuária⁹, sendo que a pecuária bovina se destaca como a principal atividade pecuária no Pará, respondendo por 91,3% da produção do setor¹⁰. Esse descompasso entre a relevância produtiva do estado e o volume de recursos disponíveis indica que o acesso limitado a serviços financeiros é um gargalo para o desenvolvimento do setor no Pará (Figura 2).

Há grande discrepância no sistema de crédito rural entre as regiões brasileiras e maior concentração de renda e instituições financeiras no Sul e Sudeste. Fato corroborado pela menor presença de agências bancárias e cooperativas de crédito nas regiões Norte e Nordeste¹¹.

Figura 2 – Participação do Pará na agropecuária e no crédito rural no Brasil, safras de 2018/2019 a 2024/2025



Fonte: Banco Central (2025), da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

6. Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária

7. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

8. Fonte: CPI. A definição de crédito rural usado nessa fonte é relacionada a contribuição que as atividades financiadas apresentam diante das mudanças climática, de mitigação, adaptação ou ambas. Mitigação (contribuem para reduzir ou evitar as emissões de GEE), adaptação (atividades que têm como objetivo reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos ou naturais aos impactos das mudanças climáticas e riscos relacionados ao clima) e perdas e danos (gastos realizados após a ocorrência dos eventos climáticos adversos para reduzir seus efeitos econômicos e não-econômicos)

9. Análise baseada em dados do SICOR – Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proagro do Banco Central do Brasil

10. Fonte: SEDAP-PA (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca do Pará)

11. Fonte: Banco Mundial

POLÍTICAS DE CRÉDITO PARA AGROPECUÁRIA COM IMPACTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na integração entre crédito rural e sustentabilidade por meio de políticas públicas e regulamentações que buscam alinhar produção agropecuária às metas climáticas e socioambientais. A Resolução CMN nº 3.545/2008 foi um marco inicial ao condicionar o acesso ao crédito rural ao cumprimento da legislação ambiental na Amazônia Legal. Esse movimento foi aprofundado com normas como a Resolução BCB nº 140/2021, que introduziu a Seção 9 sobre impedimentos sociais, ambientais e climáticos no Manual de Crédito Rural, e a Resolução CMN nº 5.081/2023, que ajustou critérios para concessão de crédito com base em riscos socioambientais. Mais recentemente, a Resolução CMN nº 5.193/2024 ampliou as exigências de regularização ambiental como condição para o financiamento, fortalecendo o arcabouço regulatório voltado à proteção, conservação e recuperação da biodiversidade.

A proposta do Projeto de Lei nº 205/2025, que altera marcos legais históricos como a Lei nº 4.829/1965 e a Lei nº 11.952/2009, também sinaliza uma modernização da política agrícola, alinhando-a aos compromissos ambientais. Vale lembrar que a Lei nº 8.171/1991 já estabelecia, entre os objetivos do crédito rural, o incentivo à conservação do solo e à preservação ambiental.

Além das normas, instrumentos como o Plano Safra têm incorporado incentivos financeiros para práticas sustentáveis, com destaque para linhas como o RenovAgro/ABC+. Iniciativas inovadoras, como o Eco Invest Brasil, voltado à atração de capital privado para projetos verdes com três leilões já realizados, e o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (Caminho Verde), que busca recuperar milhões de hectares, reforçam a transição para uma economia rural de baixo carbono.

Ainda, em novembro de 2025, às vésperas da COP30, o governo brasileiro lançou oficialmente a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) por meio do Decreto nº 12.705. A TSB estabelece critérios técnicos e científicos para classificar atividades econômicas, ativos e projetos como sustentáveis, com foco em objetivos climáticos, ambientais e sociais. Ela é um importante orientador de políticas públicas, crédito rural e financiamento público ou privado. Essas medidas, em conjunto, redirecionam a alocação de recursos públicos e privados para práticas produtivas sustentáveis, ao mesmo tempo em que estabelecem mecanismos de governança capazes de conectar o sistema financeiro às metas nacionais e internacionais de clima e conservação.

Apesar dos avanços, essas políticas enfrentam desafios significativos para atingir escala e efetividade. Há limitações na capacidade de assistência técnica e extensão rural, fundamentais para implementar práticas sustentáveis, especialmente entre pequenos produtores, e que limitam o acesso à financiamento na ponta. Outro obstáculo é a baixa atratividade econômica: linhas como RenovAgro/ABC+ (modalidade de crédito rural criada para financiar práticas agropecuárias sustentáveis e de baixa emissão de carbono) ainda representam uma fração mínima do crédito rural, e os incentivos financeiros nem sempre compensam os custos iniciais de transição para sistemas mais sustentáveis. Há desigualdade no acesso ao financiamento: grandes produtores têm mais facilidade para cumprir requisitos ou acessar recursos diversificados, enquanto agricultores familiares enfrentam barreiras documentais, alto risco e falta de garantias. Além disso pode ocorrer rigidez das regras e padronização excessiva: critérios uniformes de políticas e instituições financeiras desconsideram realidades regionais, dificultando inovação e adaptação às condições locais.

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é uma das principais políticas

públicas brasileiras criadas para apoiar agricultores familiares, com o objetivo de fortalecer a produção sustentável, gerar renda e melhorar a qualidade de vida das famílias rurais. Entre os subprogramas do PRONAF voltados à transição produtiva sustentável, o PRONAF Bioeconomia se destaca como o mais relevante em termos de volume na Safra 2024/2025. No Pará, essa linha divide protagonismo com o PRONAF Floresta, ambos responsáveis por cerca de R\$ 50 milhões em financiamentos na safra passada.

Já o RenovAgro/ABC+ (Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis) é a linha de crédito para fins sustentáveis mais expressiva em volume no país, sendo o principal motor do crescimento do crédito “verde”. Essa linha vem ganhando espaço na Amazônia, refletindo a adoção crescente de tecnologias de baixa emissão de carbono. No Pará, foram desembolsados aproximadamente R\$ 270 milhões pelo Plano Safra 2024/2025.

Os volumes de desembolso do RenovAgro e PRONAF para práticas sustentáveis, no entanto, são significativamente menores quando comparados ao total de desembolsos do crédito rural no Plano Safra (ambos somaram menos de 4% no Pará, no último Plano Safra).



Oportunidades de Inovação em Mecanismos de Crédito Rural Sustentável

Nos últimos anos, têm surgido mecanismos inovadores em diferentes etapas do desembolso do crédito rural, com o objetivo de direcionar recursos para finalidades específicas e regiões estratégicas, além de atender metas que não são alcançadas apenas pelo Plano Safra.

- Esses mecanismos têm potencial para:
- **Atender grupos que enfrentam barreiras de acesso ao sistema creditício tradicional**, como agricultores familiares.
 - **Fortalecer cadeias produtivas**, por meio do apoio a associações e cooperativas.
 - **Focar o financiamento em práticas agropecuárias sustentáveis**, recuperação de áreas degradadas e aumento da produtividade.
 - **Ampliar o direcionamento de recursos privados para atividades sustentáveis**, aglutinando atores com diferentes mandatos de retorno financeiro e impacto.

A TNC analisou alguns mecanismos financeiros e identificou diferentes oportunidades de inovação, destacadas a seguir:

1. OFERTA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, COMO FATOR CRÍTICO PARA O CRÉDITO RURAL SUSTENTÁVEL:

Modelos como **CNA Fiagro**, **CRA Tabôa**, **Amazônia Viva (CRA Natura Cosméticos)** e iniciativas do Banco **Rabobank** e **Agri3** (ex.: Renova Pasto) incorporam a assistência técnica como elemento estruturante do mecanismo. Essa abordagem tem os seguintes objetivos:

- **Capacitar o produtor rural** para introdução de novas tecnologias produtivas, fortalecer sua gestão e tomada de decisão, garantindo retorno em produção e produtividade, com acompanhamento contínuo e educação financeira.
- **Viabilizar o acesso ao crédito** para grupos que enfrentam barreiras no sistema tradicional, mas que representam parcela significativa da produção agropecuária regional e nacional.
- **Reduzir riscos para investidores**, diminuindo inadimplência e permitindo menores custos para o produtor.

2. SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS, PARA GANHO DE AGILIDADE, ESCALA E INCLUSÃO SOCIAL

Simplificar o acesso e a operação do crédito para a transição produtiva sustentável vai além da conveniência: é um fator crítico para democratizar o financiamento e acelerar resultados socioambientais.

Ao reduzir burocracia e prazos, esses mecanismos tornam o crédito mais acessível para agricultores familiares e comunidades tradicionais, que frequente-

mente enfrentam barreiras como falta de garantias e baixa escolaridade.

Além disso, processos simplificados aumentam a agilidade para atingir metas de desmatamento zero, regeneração e inclusão social, permitindo que investidores e empresas obtenham impacto rápido e mensurável. Outro benefício é a escalabilidade: modelos menos complexos são mais fáceis de replicar em diferentes regiões e cadeias produtivas, ampliando o alcance das soluções.

Exemplos de simplificação em mecanismos financeiros podem ser conferidos na **Tabela 1**.

Tabela 1: Exemplos de simplificação de processos em mecanismos financeiros para transição produtiva

Mecanismo Financeiro	Descrição	Como simplificou processos
CNA Fiagro	Fundo de investimento voltado para microcrédito a pequenos e médios produtores rurais, integrado à Assistência Técnica e Gerencial (AteG) do Senar, com foco em inclusão financeira e aumento de produtividade.	Digitalização do processo via aplicativo “Conecta Produtor”, reduzindo documentações e etapas presenciais. Uniu papel do projetista de crédito com assistência técnica (ATER), diminuindo intermediários e tempo de análise. Criou capacitação específica para técnicos e produtores, garantindo agilidade na coleta de dados.
CRA Tabôa I	Título sustentável (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) estruturado para agricultura familiar, com <i>blended finance</i> e forte impacto social e ambiental, aplicado inicialmente na cadeia do cacau agroflorestal.	Criou processos simplificados para acesso ao crédito, com plano de investimento individualizado e garantia solidária (grupos de 3 a 10 agricultores corresponsáveis), eliminando exigências tradicionais de garantias reais e integrando assistência técnica.
Fundo Kawá	Fiagro (Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais) estruturado para a concessão de crédito à pequenos produtores de cacau.	Utiliza e desenvolve plataforma tecnológica para monitoramento dos dados dos agricultores, garantindo não só a eficiência operacional, mas também a escalabilidade da iniciativa.

Fonte: Capital Reset, Valor, Arapyau



©Ami Vitale

3. DIVERSIFICAÇÃO DE RECURSOS POR MEIO DE FINANCIAMENTO HÍBRIDO

Diversificar as fontes de recursos dos mecanismos é essencial para garantir **escala e sustentabilidade principalmente quando combinadas com uma abordagem de planejamento de paisagem**. A estratégia de financiamento híbrido combina capital catalítico (recurso não reembolsável, geralmente público ou filantrópico, mas também pode ser privado) com capital comercial (capital privado reembolsável, com expectativa de retorno financeiro) em estruturas financeiras ou em abordagens de paisagens, criando condições para viabilizar operações que, isoladamente, seriam consideradas de alto risco. Essa estrutura possibilita:

- **Mitigação de riscos na operação e criar condições habilitantes:** recursos catalíticos podem

cobrir custos de assistência técnica, governança e rastreabilidade, reduzindo barreiras para investidores privados. Fortalecem capacidades locais e infraestrutura, preparando o terreno para outras operações.

- **Mitigação de riscos na estrutura financeira:** recursos catalíticos podem também atuar na estrutura financeira também, podem atuar como fundos de primeira perda ou garantidores, modelo conhecido como *blended finance*.
- **Escala e transformação:** o capital privado amplia o volume de recursos destinado a estas atividades, permitindo atender cadeias produtivas consolidadas no mercado nacional e internacional, acelerando a transição para modelos mais sustentáveis.

Alguns exemplos de estruturas de financiamento híbrido podem ser encontrados na Tabela 2.

Tabela 2: Exemplos de financiamento híbrido para mecanismos financeiros para transição produtiva

Mecanismo Financeiro	Descrição	Como usou financiamento híbrido
Amazônia Viva (CRA Natura)	Mecanismo híbrido que integra CRA sustentável com fundo filantrópico para fortalecer cadeias da sociobiodiversidade.	Combina CRA (capital privado) com <i>Enabling Conditions Facility (fundo de capital filantrópico)</i> para cobrir assistência técnica e gestão, com mitigação de riscos pelo off-taker (Natura), reduzindo exigências para cooperativas agroextrativistas.
CRA Tabôa	Título sustentável voltado à agricultura familiar, com forte impacto social e ambiental.	Estrutura CRA (investidores privados) + recursos filantrópicos para assistência técnica gratuita, garantindo inclusão e redução de risco.
Renova Pasto	Programa do Rabobank com AGR13 e IDH para recuperação de pastagens degradadas.	Fundo AGR13 atua como veículo de <i>blended finance</i> , unindo capital privado (Rabobank) com garantias e subsídios catalíticos, além de assistência técnica da IDH e Produzindo Certo ou Imaflora.
FIDC Agro Paraná	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios estruturado pelo Governo do Paraná para financiar projetos estruturantes no agronegócio. É o primeiro fundo estadual do gênero no Brasil, com meta de alavancar até R\$ 2 bilhões.	Combina recursos públicos (aporte inicial do Estado via Fomento Paraná em cotas sênior) com capital privado (investidores em cotas mezanina e subordinadas, incluindo cooperativas e Fiagros). O aporte público atua como mitigador de risco e catalisador, atraindo investidores privados e garantindo taxas mais baixas e prazos longos, além de foco em cooperativas e empresas integradoras.

Fonte: Rabobank, Capital Reset, DATAGRO, Fomento Paraná

INOVAÇÃO EM FINANCIAMENTO COM ABORDAGEM BASEADA EM PAISAGEM

Tradicionalmente, o financiamento para uso da terra tem sido estruturado com **abordagens setoriais**, focadas em cadeias de valor específicas, como pecuária, soja ou florestas plantadas. Esse modelo privilegia a lógica produtiva de um setor, com linhas de crédito e incentivos direcionados para aumentar a eficiência ou expandir determinada atividade. No entanto, essa visão fragmentada não considera as interdependências ecológicas e sociais do território.

A **abordagem baseada em paisagem** surge como uma inovação, propondo integrar múltiplos usos da terra, agricultura, pecuária, conservação, restauração e serviços ecossistêmicos em um mesmo espaço geográfico, alinhando objetivos econômicos, ambientais e sociais. Essa perspectiva é relativamente nova no desenho de mecanismos financeiros, pois exige coordenação entre atores diversos, métricas de impacto mais complexas e instrumentos que conciliem

rentabilidade com regeneração ambiental.

O **financiamento com base em abordagens de paisagens é estratégico para ampliar o acesso ao capital para produtores rurais, especialmente em contextos complexos como o do Pará**. Ao considerar o território como uma unidade integrada, essas abordagens permitem estruturar instrumentos financeiros mais robustos, com menor risco socioambiental e maior atratividade para investidores. Essa abordagem apoia portfólios de investimento multissetoriais e com múltiplos projetos, incentivando sinergias entre os investimentos para gerar impactos em escala em diversos objetivos de paisagem.

A agregação de múltiplos atores e ativos em uma mesma paisagem viabiliza economias de escala, facilita a mensuração de impactos e cria condições habilitantes para o acesso a financiamento conforme apresentado a seguir:

Tabela 3: Comparação entre diferentes abordagens de financiamento

Característica da abordagem	Setorial	Cadeia de Valor	Abordagem Baseada em Paisagem
Foco Principal	Setor econômico específico	Componentes da cadeia de valor de uma única commodity	Área geográfica como ponto de partida
Coordenação	Liderada pelo setor público	Liderada pelo setor privado	Governança integrada entre setor público, privado e sociedade civil
Colaboração entre Atores	Entre atores do mesmo setor	Entre elos da cadeia produtiva	Entre setores, cadeias de valor e atores locais
Abrangência Temática	Limitada ao setor específico	Pouca atenção aos impactos sociais e ambientais na área mais ampla	Integração espacial de setores e cadeias; abordagem holística dos objetivos da paisagem

Fonte: Análises baseadas no Landscape Finance Lab, CDP Latin America



©Henrique Manreza

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o Programa Pecuária Sustentável do Pará já em vigor, o Estado demonstra liderança e compromisso com uma pecuária sustentável e responsável. Esse ambiente regulatório favorável é o ponto de partida para destravar o acesso a recursos e consolidar novos mecanismos de financiamento para os produtores do estado. Quando combinado com políticas de incentivo setoriais como o crédito rural cria um terreno potencialmente fértil para a promoção da transformação produtiva na paisagem.

O fortalecimento do agronegócio paraense pede por iniciativas que ampliem o acesso ao crédito rural, com atenção especial às práticas sustentáveis. Políticas públicas são fundamentais porque direcionam recursos para regiões estratégicas e reduzem riscos para produtores, criando condições para investimentos de longo prazo em abordagens de paisagem principalmente quando combinados com instrumentos setoriais de financiamento subsidiados como o PRONAF e RenovAgro/ABC+ previstos no Plano Safra. Além disso, a colaboração entre políticas públicas, iniciativas privadas e da sociedade civil estabelecem incentivos e regulamentações que orientam o mercado para práticas de baixo carbono.

É necessário inovar e criar parcerias para desenvolver mecanismos financeiros complementares, que partam da realidade dos territórios e sejam capazes de atender demandas específicas do estado e incluir públicos historicamente excluídos. Modelos que combinam finanças híbridas, assistência técnica e simplificação de processos são essenciais para democratizar o acesso a capital, atrair investimentos e acelerar a transição produtiva sustentável. Somente com essa integração será possível alcançar escala, competitividade e impacto socioambiental no Pará.

Esses mecanismos só se tornam viáveis por meio de **parcerias institucionais**, que unem pontos fortes de organizações privadas, instituições financeiras, governo e terceiro setor para superar desafios sistêmicos e oferecer soluções adaptadas às realidades locais. No Pará, a combinação de capital catalítico com investimentos públicos e privados é crucial para enfrentar gargalos como baixa assistência técnica e alto custo de transação, especialmente em cadeias da sociobiodiversidade e pecuária sustentável.

A transição da pecuária para um modelo sustentável no Pará exige mecanismos financeiros estruturados, apoio técnico contínuo e políticas públicas integradas – e o caminho para novas opções de financiamento acessíveis no Pará passa por inovação, colaboração e compromisso com resultados. **Vamos juntos transformar essa oportunidade em impacto real?**

Para mais informações, dúvidas ou oportunidades, entre em contato com:

Marina Aragão

Líder de Economia e Finanças da Amazônia Brasileira

marina.aragao@TNC.ORG

Fernanda Cordeiro

Gerente do Programa de Pecuária - Provide Food and Water

fernanda.cordeiro@TNC.ORG

José Otávio Passos

Diretor Sênior para Amazônia Brasileira

jose.passos@TNC.ORG

Este documento foi elaborado pela The Nature Conservancy Brasil

Coordenação Geral: Francelle Maria Maciel

Revisão: Marina Aragão, Fernanda Cordeiro, José Otávio Passos

Apoio técnico: Bianca Casella, Tomas Kovensky, Giovanni Mallmann

